

## O Desenvolvimento do Projeto de uma Psicologia Fenomenológica em Husserl<sup>1</sup>

### The Development of the Project of a Phenomenological Psychology in Husserl

Savio Passafaro Peres<sup>1</sup>

#### Resumo

A relação entre psicologia e fenomenologia é complexa e sofre, ao longo do pensamento de Edmund Husserl, uma série de desenvolvimentos. Na segunda metade da década de 1920, Husserl se dedica ao desenvolvimento da ideia de uma psicologia fenomenológica, a qual deveria ser distinguida da fenomenologia transcendental. Embora Husserl indiscutivelmente tenha posto a fenomenologia transcendental em primeiro plano, a psicologia fenomenológica, uma vez realizada dentro de certos parâmetros, tem plena legitimidade. O objetivo deste artigo é apresentar, à luz do desenvolvimento do pensamento de Husserl, os problemas que o conduziram a refletir sobre o tema da psicologia fenomenológica.

**Palavras-chave:** Edmund Husserl; fenomenologia; psicologia fenomenológica; história da psicologia.

#### Abstract

The relationship between psychology and phenomenology is complex and suffers, along of Edmund Husserl's thought, a number of developments. In the second half of the 1920s, Husserl develops the idea of a phenomenological psychology, which should be distinguished from transcendental phenomenology. Although Husserl has arguably put the transcendental phenomenology in the foreground, phenomenological psychology, once held within certain parameters, has full legitimacy. The purpose of this article is to present, in the light of the development of Husserl's thought, the problems which led him to reflect on the theme of phenomenological psychology.

**Keywords:** Edmund Husserl; phenomenology; phenomenological psychology; history of psychology.

<sup>1</sup>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo), Brasil

Um dos traços marcantes da segunda metade do século XIX no âmbito filosófico alemão é a presença crescente da psicologia. Vários psicólogos e filósofos buscaram estabelecer a psicologia como disciplina filosófica fundamental. Esse movimento culminou, na virada para o século XX, na complexa polêmica em torno do psicologismo, em que Edmund Husserl desempenhou um papel decisivo. Husserl é constantemente citado por sua crítica ao psicologismo na primeira parte das “Investigações lógicas”, publicada em 1900. Não obstante, ainda hoje, como mostra Porta (2013), a literatura filosófica nem sempre explicita o caráter específico e o alcance limitado de sua crítica. O psicologismo combatido por Husserl em “Prolegômenos para uma lógica pura” é derivado de determinados projetos de psicologia empírica e não pode ser generalizado a todo projeto psicológico. Daí que, alguns anos depois da publicação de “Investigações lógicas”, Husserl entende que outros projetos de psicologia poderiam resultar em novas formas de psicologismo. Se, em 1900, Husserl combate o psicologismo lógico derivado da psicologia empírica, a partir de 1906, após a virada transcendental

(cf. Husserl, 1986), ele passa a combater o psicologismo transcendental em suas várias formas (cf. Porta, 2013). Após a publicação de “Ideias I”, em 1913, os temas do psicologismo, da fenomenologia e da psicologia sofrem importantes e complexos desenvolvimentos. Durante a década de 1920, Husserl desenvolve o projeto de uma psicologia pura (1962), concebe uma redução propriamente psicológica (1962; 1956) e elabora a via psicológica para a redução transcendental (1962). Particularmente relevante é a explicitação, em 1927, de uma compreensão última do psicologismo transcendental, em sua forma mais refinada (cf. Porta, 2013), com o pleno desenvolvimento da psicologia fenomenológica pura (Husserl, 1962). O objetivo deste trabalho é contribuir para situar e delimitar, à luz do desenvolvimento genético-evolutivo de Husserl, o projeto da psicologia fenomenológica pura entre os anos 1925 e 1928, em “Lições de psicologia fenomenológica” (1925), “Artigo para a Enciclopédia Britânica” (1927) e “Conferências de Amsterdam” (1928). Apesar de ter dedicado longos anos à psicologia fenomenológica, esta tem sido pouco abordada pela maioria dos estudiosos de Husserl.

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Agradeço à valiosa supervisão do pós-doutorado pelo Professor Mario Ariel Gonzalez Porta da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Não esperamos, é preciso destacar, apresentar a psicologia fenomenológica pura em seus detalhes, mas apenas delinear seus traços básicos, seus objetivos e seu lugar no pensamento de Husserl. Esperamos, assim, fornecer uma contribuição pontual para o detalhamento e a elucidação do desenvolvimento genético-evolutivo do pensamento de Husserl, bem como para uma melhor compreensão da relação entre fenomenologia e psicologia. Para isso, iniciaremos as análises em “Investigações lógicas”, para chegarmos, em etapas, até propriamente o projeto de psicologia fenomenológica, tal como Husserl o concebe no final da década de 1920. Não serão abordadas, ao longo deste artigo, as obras tardias de Husserl, posto que não oferecem contribuições significativas ao tema da psicologia fenomenológica, que permanece basicamente inalterada a partir de 1930 (Gurwitsch, 1974; Kockelmans, 1978).

### A Psicologia Descritiva nas Investigações Lógicas

A obra “Investigações lógicas” foi publicada em duas partes. A primeira parte, publicada em 1900, é um estudo preliminar, cujo título é “Prolegômenos para uma lógica pura”<sup>1</sup>. Aí, Husserl procura mostrar que a lógica é uma ciência de objetos, estruturas e leis ideais e não deve ser confundida com a psicologia. Esta não é uma ciência ideal, mas uma ciência de vivências psíquicas, as quais se caracterizam por serem processos temporais. A assimilação da lógica pura pela psicologia, como uma subdisciplina, consiste, ao ver de Husserl, em psicologismo lógico, posição amplamente difundida em sua época. É justamente essa posição que Husserl busca refutar. O núcleo de sua argumentação em “Prolegômenos” consiste em mostrar que “O psicologismo em todas as suas subvariedades e elaborações individuais é de fato o mesmo que o relativismo, embora nem sempre reconhecido e expressamente autorizado” (Husserl, 1913/1968a, p. 123)<sup>2</sup>. Husserl acusa de psicologismo o empirismo inglês e seus proponentes, tais como John Stuart Mill (1806–1873), Locke e Hume, grande parte dos lógicos alemães e psicólogos como Wundt e Theodor

Lipps (Husserl, 1913/1968a, p. 123). O primeiro volume de “Investigações lógicas” teve grande repercussão entre os psicólogos e filósofos, recebendo muitos pareceres favoráveis de várias figuras bem estabelecidas, tais como Dilthey, o neo-kantiano Natorp e mesmo psicólogos nela criticados, como Lipps.

A segunda parte de “Investigações lógicas” foi publicada um ano depois, em 1901, levando como título “Investigações para a fenomenologia e a Teoria do Conhecimento”. Nessa extensa obra, encontramos vários temas-chave da fenomenologia, dentre os quais, uma detalhada análise das vivências intencionais. O segundo volume, entretanto, não obteve uma recepção calorosa tal como os “Prolegômenos”. Foi recebido, pelo contrário, com espanto e desconfiança. Alguns autores chegaram até mesmo a acusar Husserl de ter recaído no psicologismo que ele, no primeiro volume, combatera (Kusch, 1995). Aparentemente, alguns indícios confirmavam essa posição: na primeira edição de “Investigações lógicas”, Husserl havia não só definido sua fenomenologia como uma forma de “psicologia descritiva” (Husserl, 1901, p. 18), mas também havia afirmado que esta é o “fundamento da lógica pura e da teoria do conhecimento” (Husserl, 1901, p. 18). Husserl, diante do fracasso da psicologia empírica em fornecer a epistemologia da lógica pura, apresenta em 1901 uma nova forma de psicologia descritiva, para a qual ele reserva o nome de fenomenologia (cf. Husserl, 1962, p. 27). Ora, foi justamente essa posição que gerou forte reação negativa por parte daqueles que haviam louvado o autor de “Prolegômenos” como o paladino do antipsicologismo. Essa reação negativa, entretanto, não passava de uma má compreensão do projeto de Husserl.

Uma correta colocação da posição de Husserl perante a psicologia nas duas partes de “Investigações lógicas” exige observar o seguinte. Se, na primeira parte, Husserl argumenta que os princípios que norteiam a psicologia empírica implicam necessariamente na redução da lógica à psicologia, em 1901, ele busca mostrar que a clarificação dos conceitos fundamentais da lógica pura exige uma “psicologia não reducionista”, que não incorra em psicologismo lógico.

Mas por que razão Husserl crê que a psicologia descritiva é complementar à lógica pura? Se ele havia sido bem sucedido em combater o psicologismo, mostrando que a lógica é uma ciência ideal e que estruturas ideais — como proposições, teorias, significações, demonstrações, números, verdades — não podem ser reduzidas a processos psicológicos, demarcando ambos os domínios, qual a razão de ele retomar

1 Por questões de rigor cronológico, todas as citações de “Investigações lógicas” estão de acordo com a primeira edição publicada em 1900 e 1901. Husserl, é preciso destacar, operou em 1913 fortes revisões no texto de 1900/1901. O texto revisado pode ser encontrado nos volumes XIX e XX da Husserliana (Husserl, 1913/1968a, 1913/1968b, 1913/1968c). Assim, ocasionalmente, foi necessário usar a primeira edição da obra (Husserl, 1900; 1901).

2 Todas as traduções de obras em outros idiomas são de nossa autoria.

o problema da relação entre o sujeito e as leis lógicas? O segundo volume de “Investigações lógicas”, em que Husserl expõe sua análise da intencionalidade, está longe de ser uma recaída ao psicologismo combatido no primeiro volume. Husserl entende que, se a psicologia explicativa é incapaz de fundamentar a lógica, o mesmo não se pode afirmar da psicologia descritiva, tal como ele a havia concebido em “Investigações lógicas”. A psicologia descritiva tem uma tarefa complementar à lógica pura, pois não basta postular dogmaticamente a existência de entidades ideais, mas é preciso legitimá-las fenomenologicamente. Para isso, é necessário:

- (1) mostrar que a consciência efetivamente é capaz de apreender essas entidades ideais;
- (2) elucidar “como” se dá essa apreensão.

Husserl caracteriza as idealidades como objetividades irrealis, pois são atemporais, absolutamente idênticas e não exercem causalidade. Dada essa situação, um dos objetivos centrais de Husserl é compreender, sem adotar uma atitude reducionista, como as idealidades “entram” no fluxo de consciência (Husserl, 1913/1968b, p. 12). Porém, o que deve ser enfatizado é que, para Husserl, o método para investigar como se dá a apreensão das estruturas lógicas deve ser descritivo. Não basta afirmar que objetos ideais possuem validade objetiva e que estes não são itens psíquicos, é preciso também mostrar, por um procedimento reflexivo e descritivo, como a consciência torna-se consciente desses objetos ideais. Correlativamente, é preciso compreender como os objetos são dados à consciência. Nesse sentido, o platonismo que Husserl defende em “Prolegômenos” para uma lógica pura exige, como tarefa complementar que o legitime, a análise das vivências lógicas e cognitivas efetuadas ao longo das seis “Investigações lógicas”.

### **O Nascimento de uma Nova Psicologia a partir da Crítica ao Psicologismo**

Se, em 1900, com a publicação de “Prolegômenos a uma lógica pura”, Husserl atacava um determinado tipo de psicologia por conduzir ao psicologismo, em 1901, ele deixava claro sua crença de que uma psicologia de outra espécie, ou seja, uma psicologia descritiva, poderia dar conta de tratar adequadamente problemas epistemológicos (Husserl, 1901, p. 18). Mas qual o método dessa psicologia descritiva? Seria o mesmo método já exposto por Brentano (1874, 1982/2002)? Tratava-se de uma descrição introspectiva ao estilo de

Agostinho? Não espanta, portanto, que o quinto e sexto volumes de “Investigações lógicas”, em que se encontram as análises da estrutura geral das vivências intencionais, tenham sido mal recebidos em várias frentes. Na segunda parte da obra, alguns viram um regresso ao psicologismo; outros, um retrocesso à psicologia escolástica (Wundt, 1910, p. 623).

Nesse contexto, é interessante mencionar as objeções que Wundt, o maior nome da psicologia de então, dirige às “Investigações lógicas”. Em 1910, em seu artigo “Psicologismo e logicismo”, Wundt acusa Husserl de almejar uma reforma da psicologia, pretendendo substituir a nova psicologia científica por uma de tipo escolástico, fundada na pura introspecção e na análise estéril de significados de palavras (Wundt, 1910, p. 623).

E o que torna a visão de Wundt compreensível é que o próprio Husserl não tinha, quando da ocasião da escrita de “Investigações lógicas”, como ele próprio assumiria depois, plena consciência metodológica do que havia efetivamente realizado (Husserl, 1962, p. 42). Havia importantes distinções com relação à psicologia descritiva (ou psicognose) de Brentano, as quais não foram suficientemente explicitadas. É apenas depois, por um processo reflexivo, que ele passa a ter maior clareza do método que ele próprio empregara. Torna-se então claro que a própria caracterização da fenomenologia como “psicologia descritiva” poderia induzir o leitor a assumir equivocadamente que o que está sendo descrito são eventos mentais individuais e privados. Em 1903, Husserl, consciente disso, afirma que a caracterização da fenomenologia como “psicologia descritiva” não era adequada (Husserl, 1979, p. 206). Não que “descritividade” não fosse um de seus traços distintivos, mas sua determinação como “ciência das essências psíquicas” acentuava o que nela havia de original. De fato, Husserl não abandona a ideia de que o que ele havia realizado em “Investigações lógicas” era uma psicologia descritiva. A esse respeito, em 1925, Husserl afirma que “Investigações lógicas” era uma obra não só de teor epistemológico, mas também fornecia “uma psicologia descritiva e analítica ao interesse da psicologia ela mesma” e, ainda:

Você agora pode entender por que as Investigações Lógicas, este trabalho direcionado para a psique, poderia também ser designado por psicologia descritiva. De fato, o único propósito que elas buscavam e tinham que buscar era o estabelecimento de uma visão interior que desvelasse as

vivências de pensar escondidas do sujeito que pensa, e uma descrição essencial pertencente aos dados puros das vivências, movendo-se apenas em uma pura visão interior. Mas por outro lado, a fim de caracterizar a peculiaridade do método, o nome fenomenologia foi escolhido. De fato, um novo método de se abordar o psíquico emergia aqui (1962, p. 27).

Mas, se psicologia descritiva caracterizava a fenomenologia, Husserl fazia questão de ressaltar que não se tratava de descrição no sentido natural do termo (1962, p. 37). O que era descrito em “Investigações lógicas” não eram eventos psíquicos ou fatos psíquicos, mas sim as estruturas essenciais das vivências intencionais e, em especial, das vivências cognitivas. Toda ciência de fatos não pode jamais alcançar leis universais e necessárias, mas uma ciência de essências, que vise determinar leis de essências, sim. Por isso, em 1903, Husserl passou a sublinhar que aquilo que a fenomenologia descrevia não era uma subjetividade individual, mas uma “subjetividade geral” (Husserl, 1979, p. 206). As leis que a psicologia eidética alcança são válidas para qualquer consciência real ou possível. Suas leis são válidas não só para a consciência humana, mas também para “a consciência enquanto tal”. Por essa razão, a psicologia eidética (a psicologia de essências) pode ser concebida como a realização da velha ideia de uma psicologia *a priori*.

Não é por acaso que o reconhecimento da cientificidade da fenomenologia e sua possibilidade de se constituir como ciência *a priori* sejam absolutamente dependentes do reconhecimento e aceitação daquilo que Husserl denominou de “intuição de essência” ou “visão de essência”. Segundo Husserl, não há apenas intuição do individual, mas também intuição de um objeto geral. Mas não basta ter intuição de essência, isso todos têm; o ponto é que se faz necessário um procedimento metódico rigoroso para acessar e descrever essas essências. Trata-se do método, como Husserl por vezes denomina, da “redução eidética”.

### **Filosofia como Ciência de Rigor e a Distinção entre Consciência Pura e Consciência na Continuidade da Natureza**

O segundo texto publicado após “Investigações lógicas” foi um longo artigo na revista *Logos*, intitulado “Filosofia como ciência de rigor”. Embora apenas publicado em 1911, seu conteúdo expunha uma ideia,

que Husserl vinha maturando pelo menos a partir de 1906, de que, na fenomenologia,

[...] deparamos com uma ciência, cuja amplitude os contemporâneos ainda não imaginam, e que, apesar de ciência da consciência, não é psicologia: deparamos com a Fenomenologia da consciência, oposta à Ciência natural da consciência. Como não há de tratar-se de uma equivocação casual, é de esperar de antemão que a Fenomenologia e a Psicologia devem estar próximas uma da outra, referindo-se ambas à consciência, embora de modos diversos e em “orientação” diversa, podendo dizer que à Psicologia interessa a “consciência empírica”, a consciência na continuidade da Natureza, ao passo que à Fenomenologia interessa a consciência “pura”, isto é, a consciência na orientação fenomenológica (Husserl, 1911/1965, p. 19).

A distinção entre “consciência pura” e “consciência na continuidade da natureza” é consequência direta do que Husserl havia começado a pensar a partir de 1906, ano em que ocorre a famosa virada transcendental de seu pensamento, com a descoberta da redução fenomenológica (a qual deve ser distinguida da redução eidética). De fato, em seus cursos de lógica e teoria do conhecimento de 1906 e 1907, ele fala da redução fenomenológica (*phänomenologische “Reduktion”*), definindo-a como um método que consiste em: “[...] desconectar (*Ausschaltung*) cada apercepção empírica e toda crença na transcendência” (Husserl, 1984, p. 211). Assim, a fenomenologia assume um novo *status*; não é mais considerada uma “psicologia eidética”, pois não tem como alvo estudar a essência da alma (*Seele*), ou seja, da consciência na continuidade da natureza, mas sim a essência da consciência pura, transcendentalmente reduzida. Todavia, ao contrário do que uma leitura apressada poderia sugerir, Husserl, em “Filosofia como ciência de rigor”, não critica toda e qualquer psicologia empírica. A esse respeito, dois pontos merecem ser destacados:

- (1) a psicologia empírica tem sua tarefa própria, a de investigar a psique integrada à natureza psicofísica e investigar as leis que regem o aparecer e o desaparecer das vivências (Husserl, 1911/1965, p. 15);

(2) a fenomenologia tem papel importante para a psicologia, dado que “[...] é mister toda a verdadeira teoria do conhecimento ter a base necessária na Fenomenologia, que deste modo constitui o fundamento comum de toda a Filosofia e Psicologia”. (1911/1965, p. 45) Husserl, no artigo de *Logos*, argumenta que a nova ciência, a fenomenologia, teria o papel (entre outros tantos) de fundamentar e clarear os conceitos da psicologia.

### Ulteriores Desenvolvimentos da Fenomenologia e o Problema da Fundamentação das Ciências do Espírito (*Geisteswissenschaften*)

Embora no artigo “Filosofia como ciência de rigor” Husserl tenha procurado responder ao problema da delimitação da fenomenologia com relação à psicologia, o tema ainda será amplamente trabalhado e desenvolvido por ele. Segundo Kockelmans (1994), durante o período que vai da publicação do artigo em *Logos* até o ano de 1913, o problema concernente à relação entre psicologia empírica e fenomenologia ocupa novamente a atenção de Husserl, pois ele havia sentido a necessidade de preencher o hiato que se instaurara entre as duas e, para isso, retomou a noção de “psicologia racional” ou “eidética”, colocando-a no âmbito das ontologias materiais (ou regionais). Tais distinções são anunciadas em 1913, em “Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica”. Nessa obra, Husserl afirma que a fenomenologia permite clarear as essências (*eidotes*) e distinguir as regiões ontológicas materiais. E ainda defende que “toda ciência de fatos (ou ciência da experiência) tem seu fundamento teórico em ontologias eidéticas” (Husserl, 1913/1950, p. 23). Assim, o papel da psicologia eidética seria o de explicitação das leis essenciais, apriorísticas, da região ontológica da alma (*Seele*), propiciando a clareza conceitual necessária para a investigação posterior dos fatos psíquicos, domínio da psicologia empírica.

Ainda que em “Ideias I” Husserl tenha distinguido a fenomenologia pura da psicologia eidética, entendendo esta última como ontologia regional, o fato é que, nessa obra, não encontramos um desenvolvimento pormenorizado da psicologia eidética, projeto que Husserl reservou para realizar em “Ideias II”. De acordo com Kockelmans (1994), Husserl dedica os anos de 1913 até 1923 aos problemas constitutivos, os quais são abordados em “Ideias II”, cujo subtítulo é “Investigações fenomenológicas sobre a constituição” (*Phänomenologische Untersuchungen zur Konstitution*). A primeira parte

da obra é dedicada à constituição da natureza material; a segunda, à constituição da natureza animal; e a terceira, à constituição do mundo espiritual. Nessa última parte, ele se dedica, por um lado, ao tema da constituição do sujeito espiritual (eu pessoal); por outro lado, ao tema da constituição dos objetos da cultura (obras de arte, instrumentos, ferramentas, objetos de valor etc.). No que concerne à concepção de psicologia presente nessa obra, alguns pontos devem ser mencionados.

Em “Ideias II”, Husserl procura articular a relação entre sujeito transcendental e sujeito psicológico, defendendo a tese de que é o primeiro que constitui o segundo. Em outras palavras, para Husserl, a consciência psicológica, a qual, por vezes, Husserl denomina de alma (*Seele*), é resultado de uma autoapreensão mundana da vida psíquica (Husserl, 1912/1952, p. 128). A consciência, assim apercebida, está sempre, pelo seu próprio sentido, entremeadada com um corpo, tanto no nível do corpo próprio subjetivo (*Leib*), tal como dado na experiência que se tem dele em primeira pessoa, quanto no nível do corpo objetivo (*Körper*). A psique humana é algo que, por essência, está no mundo, sempre vinculada a um corpo, parte de uma totalidade psicofísica. O sujeito transcendental, por sua parte, não é um objeto entre outros objetos no mundo, é o correlato do mundo, o dativo da manifestação. É a partir dele que o mundo e tudo o que há no mundo, inclusive a alma, se constitui. Segundo Husserl, a *epoché* possibilita uma nova forma de experiência reflexiva, em que é possível tematizar a dimensão transcendental da subjetividade, cujas operações constitutivas permanecem veladas ao homem em sua inclinação natural ao realismo metafísico. Em outras palavras, segundo Husserl, a consciência não é um simples objeto na natureza entre outros, pois ela é a condição de possibilidade para o aparecimento de qualquer objeto possível, seja um objeto material, seja a própria alma humana.

O primeiro rascunho de “Ideias II” foi escrito por Husserl em 1912, imediatamente após o manuscrito de “Ideias I” ter sido completado. A leitura atenta deixa claro que “Ideias II” e “Ideias III” são a continuação do projeto traçado em “Ideias I”. Nessas obras, se percebe claramente o assim chamado “fundacionalismo” husserliano. Uma vez que a filosofia transcendental operou sua crítica ao conceito ingênuo de natureza, como “natureza em si”, como ser absoluto, independente da consciência, e apresentou um novo conceito de realidade como correlata da subjetividade (bem como da intersubjetividade), Husserl

se empenha na tarefa da realização das ontologias regionais. “Ideias II” é quase inteiramente dedicada à aplicação do método fenomenológico às duas grandes regiões ontológicas que, segundo Husserl, caem sobre o conceito de substância real: a psique e a matéria (1912/1952, p. 125)<sup>3</sup>.

O que chama a atenção em “Ideias II” é que, nessa obra, Husserl se debruça sobre um problema vastamente difundido na época e que desafiava vários filósofos. Esse problema, que tinha na psicologia um dos campos de disputa, diz respeito à “divisão de águas” que havia se instaurado na psicologia e na filosofia a partir de Dilthey, em virtude de sua distinção entre *Naturwissenschaften* e *Geisteswissenschaften* (Husserl, 1912/1952, p. 172)<sup>4</sup>. Qual a relação entre as ciências da natureza e as ciências humanas? É como situar, dentro dessa divisão, a psicologia? É a psicologia uma ciência humana ou uma ciência natural? Ou ambas? Husserl, em “Ideias II”, procura investigar fenomenologicamente como o ser humano vincula-se, em um primeiro nível, ao mundo material (físico), em um segundo nível, ao mundo animal enquanto ser vivo, e, finalmente, em um terceiro nível, ao mundo sociocultural e histórico (mundo dos sentidos constituídos na história). Como sabemos, a busca pela articulação desses estratos se dá a partir de uma perspectiva fenomenológica, ou seja, a partir da primeira pessoa. Uma das chaves que Husserl emprega para a correta articulação desses níveis se encontra na distinção fenomenológica entre causalidade e motivação. Enquanto a causalidade diz respeito às relações reais entre objetos reais, a motivação diz respeito às relações intencionais. Como o próprio Husserl escreve, a motivação é a “lei fundamental da vida intencional do sujeito” (Husserl, 1912/1952, p. 212). Trata-se de uma noção-chave para a compreensão da vinculação do homem com o mundo da cultura. Portanto, assim como Dilthey (1894/2008) havia defendido, em 1894, que a psicologia descritiva e analítica deveria ser o fundamento das *Geisteswissenschaften*, Husserl defende que a fenomenologia possui o papel de fornecer o fundamento seja para a psicologia, seja para as disciplinas pertencentes às ciências do espírito.

É certo que, nessas linhas, é impossível fazer uma adequada elucidação das soluções de Husserl acerca do problema da vinculação entre ciências da natureza, ciências do espírito, psicologia experimental, psicologia eidética e a fenomenologia transcendental. O que importa aqui, como já foi exposto nos objetivos deste artigo, é delinear o desenvolvimento da concepção de psicologia em Husserl e elucidar os problemas que ele colocou e buscou responder. E, de fato, a elucidação do problema abordado por um filósofo não é tarefa que pode ser menosprezada, pois sua correta colocação é momento vital na compreensão de sua obra.

A introdução da redução transcendental em “Ideias I” originou uma série de equívocos e sua correta interpretação ainda hoje é alvo de debates (Zahavi, 2003). Um desses equívocos é supor que a fenomenologia se limitaria à investigação do sujeito, de modo que o fenomenólogo se absteria de investigar o mundo exterior. Em outros termos, a fenomenologia não investigaria os objetos reais, mas apenas a consciência dos objetos, de modo tal que se poderia dizer que a fenomenologia não se interessa pela realidade, mas apenas pela consciência humana. Daí a acusação, por parte de alguns intérpretes de Husserl, de que a fenomenologia seria nada mais do que uma forma sofisticada de cartesianismo, o ápice de uma filosofia do sujeito. Essa posição se confirmaria pelo fato de o próprio Husserl afirmar que a existência ou inexistência do objeto intencionado é irrelevante para as análises fenomenológicas. É possível estudar a consciência de um objeto sem entrar em considerações sobre sua existência ou inexistência.

Por essa razão, dentre outras, muitos fenomenólogos não aceitaram a virada transcendental. É o caso, por exemplo, de Max Scheler e vários membros da escola fenomenológica de Munique, como Alexander Pfänder, os quais, embora aceitassem o método da redução eidética, rejeitavam o método da redução transcendental (Spiegelberg, 1965). Essa situação, bem como as constantes acusações e críticas que Husserl recebera, o impulsionou a aprofundar e refinar suas reflexões, no sentido de expurgar as fontes de equívoco de sua filosofia transcendental. De acordo com Husserl, o que tinha acontecido é que seus antigos discípulos não haviam compreendido o significado da redução transcendental. Se entendessem, aceitariam. Uma das expressões desse esforço está na introdução, após a publicação de “Ideias I”, de vias para a redução transcendental (Kern, 1964). Essas vias, embora cumpram outras funções, possuem um evidente caráter didático, ou seja, a de introduzir gradativamente a redução transcendental. Dentre as mais conhecidas vias à redução, estão:

3 A obra será publicada postumamente em 1952.

4 Segundo Makkreel (1975, p.37), “A concepção de Dilthey de *Geisteswissenschaften* engloba o que nós agora chamaríamos de humanidades e ciências sociais. Ela cobre não apenas a psicologia, antropologia, economia política, direito, e história, para as quais a expressão de Mill ‘ciências morais’ poderia ainda ser aplicada, mas também disciplinas como filologia e estética”.

- (1) a via cartesiana, como a desenvolvida em “*Ideias I*” e “*Meditações cartesianas*”;
- (2) a via através da ontologia (mundo da vida, ontologia formal), presente em “*Crise*” e em “*Lógica formal e lógica transcendental*”;
- (3) a via através da psicologia (presente em “*Enciclopédia Britânica, Filosofia primeira*”<sup>5</sup> e também em “*Crise*”). É a esta última via que Husserl dedica especial atenção a partir dos anos de 1920.

### Psicologia Fenomenológica Pura

Nos anos de 1925 até 1928, Husserl realiza importantes desenvolvimentos concernentes ao tema da psicologia fenomenológica, em obras como “Lições sobre psicologia fenomenológica”, de 1925, “Artigo da Enciclopédia Britânica”, de 1927, e “Conferências de Amsterdam”, de 1928.

Em seu artigo da “Enciclopédia Britânica”, Husserl volta a insistir em um ponto para o qual ele antes já havia chamado a atenção: “a psicologia fenomenológica é uma disciplina apriorística, apta a fornecer a única base segura sobre a qual uma psicologia empírica pode ser construída” (Husserl, 1962, p. 278). Mas é preciso observar que, se em “Filosofia como ciência de rigor”, Husserl havia sem mais afirmado que a fenomenologia tinha como uma de suas funções propiciar as bases para a psicologia empírica, na década de 1920, ele passa a atribuir essa tarefa não à fenomenologia transcendental, mas à psicologia eidética ou psicologia fenomenológica. Particularmente importante, nas obras da década de 1920, é que Husserl pretende levar às últimas consequências o projeto de uma nova psicologia, cujas linhas básicas ele expõe em suas “Lições sobre psicologia fenomenológica”:

Vamos resumir as características básicas da nova psicologia, sobre os títulos: a priori, eidética, intuitiva ou puramente descritiva, intencional; trata-se de uma psicologia que permanece na atitude dogmática natural ao invés da atitude especificamente filosófica, isto é, transcendental (Husserl, 1962, p. 33).

Se, em 1925, Husserl claramente apresenta a possibilidade de desenvolver uma psicologia fenomenológica autônoma, efetuada sem a realização da redução transcendental, ele não abandona a ideia anterior, de que essa psicologia poderia servir de via à filosofia transcendental, como ele sugere algumas linhas adiante: “Talvez nossa psicologia proporcione um ponto de partida natural possível e a priori para ascendermos para a fenomenologia e a filosofia transcendental” (Husserl, 1962, p. 33).

É interessante notar que o tema da psicologia pura, no período em questão, está vinculado ao debate entre Husserl e Heidegger quanto à abordagem dos problemas transcendentais. Em particular, as análises dos rascunhos do “Artigo para a Enciclopédia Britânica” oferecem recursos para a compreensão da controvérsia entre os autores, já que Husserl convidou Heidegger para que o escrevessem juntos. Em uma carta de 22 de outubro de 1927, alguns dias depois de ambos os filósofos terem se reunido para o primeiro esboço do artigo, Heidegger sugere a Husserl que ele publique suas investigações sobre a psicologia pura, dada a relevância do tema:

Nos últimos dias, você repetidamente assinalou que uma psicologia pura ainda não existia propriamente. [...] Estas investigações devem ser publicadas logo, por duas razões: 1) para que se tenha uma investigação concreta disponível e não se procure em vão por um programa apenas prometido. 2) para que você mesmo tome fôlego para uma exposição fundamental da problemática transcendental (Heidegger, 1962, p. 601)

Na mesma carta, Heidegger chama a atenção de Husserl para um ponto não tematizado por este último em obras anteriores: qual o lugar do transcendental? “Qual o modo de ser da entidade (*Seinsart des Seiendes*) na qual o ‘mundo’ é constituído? Este é o problema central de Ser e Tempo — nomeadamente, a ontologia fundamental do Dasein” (Heidegger, 1962, p. 601). Ambos os filósofos não puderam, entretanto, chegar a uma versão definitiva do artigo (Marion, 1998). Contudo, não é fortuito o interesse de Heidegger e de Husserl na psicologia pura, pois o tema exige a abordagem da relação entre sujeito mundano e transcendental, o “paradoxo da subjetividade”. Esse tema possui clara vinculação com a ontologia fundamental do Dasein.

5 A via através da psicologia fenomenológica em 1923/1924 (Husserl, 1956) é feita no sentido de corrigir as insuficiências da via cartesiana no que concerne à temporalidade e à intersubjetividade, e não para dar uma resposta ao psicologismo transcendental.

## Conclusão

Ainda hoje, a literatura especializada discute a difícil relação entre psicologia e fenomenologia transcendental. A relação entre ambas não é fácil de ser estabelecida e, como procuramos mostrar até aqui, Husserl se esforçou por anos em tematizar a diferença, de modo que podemos estabelecer várias fases da relação entre elas. Que a fenomenologia não é psicologia empírica, causal ou explicativa, é algo de que, já em “Investigações lógicas”, Husserl está consciente. A situação se complica, entretanto, quando Husserl, levado por exigências internas ao seu pensamento, introduz, a partir da publicação de “Ideias I”, a concepção de uma psicologia eidética, a qual poderia se desenvolver de maneira autônoma, não se confundindo com a psicologia empírica. Afirma-se que tanto a fenomenologia transcendental quanto a psicologia eidética estudam a essência da consciência. Se é assim, qual é a diferença básica entre ambas? Para oferecer uma resposta direta, embora claramente insuficiente, a psicologia eidética não é fenomenologia transcendental porque a primeira é realizada a partir da atitude natural e a segunda é realizada a partir da redução transcendental. A psicologia eidética serve para a obtenção de conhecimentos psicológicos acerca de essência da alma (*Seele*) de homens psicofísicos. Já a fenomenologia transcendental, embora investigue a consciência, tem outro fim, o de se constituir como uma epistemologia e, mais ainda, como uma ontologia universal, como Husserl afirma em “Conferências de Paris”: “A fenomenologia transcendental sistematicamente desenvolvida em pleno seria *eo ipso* a Ontologia Universal verdadeira e autêntica” (1931/2012, p. 38). E um pouco mais adiante: “Por fim, para eliminar um mal-entendido, gostaria de referir que, pela fenomenologia, apenas se exclui toda a metafísica ingênua e que em si trabalha com coisas absurdas, não a metafísica em geral” (1931/2012, p. 39). A pretensão da filosofia transcendental é, portanto, muito mais ampla do que a da psicologia fenomenológica, pois não se limita ao estudo da consciência apreendida como “interioridade”, mas ao estudo da essência da própria realidade, tal como ela se mostra para sujeitos reais ou possíveis. Como afirma Zahavi (2003), a *epoché*, em última instância, não consiste em excluir a realidade do campo de pesquisa da fenomenologia, mas sim em excluir uma concepção ingênua da realidade, concepção essa que, bem examinada, revela-se absurda. Uma realidade que, em princípio, não pode ser objeto de experiências reais ou possíveis, nem do pensamento teórico, é uma contradição. É esse con-

ceito contraditório de realidade que a fenomenologia transcendental faz bem de abandonar. Ou seja, a filosofia transcendental tematiza, antes de tudo, a relação sujeito-objeto. Investiga todos os objetos possíveis, na medida em que qualquer objeto possível de descrever, teorizar e experienciar é sempre um objeto para um sujeito e, portanto, é correlato de estruturas intencionais. Por outro lado, poderíamos dizer que a fenomenologia transcendental estuda, em sua direção noética, a consciência do sujeito, na medida em que esta é abertura para o mundo. Cada tipo de objeto corresponde a determinados tipos de vivências, vivências sem as quais o objeto não poderia aparecer.

Poderíamos, portanto, delimitar ambas as ciências, psicologia fenomenológica e fenomenologia transcendental, pelo escopo e pelo objetivo de cada uma delas. O método da redução transcendental seria, nessa perspectiva, o meio para a efetivação do seu objetivo, pois é o método que dá à fenomenologia transcendental o seu domínio de investigação, a experiência transcendental. Ao contrário das demais ciências, seu objeto não é dado de antemão, mas conquistado por um procedimento metódico, a *epoché* e a redução transcendental. Segundo Husserl, a investigação epistemológica e, em última instância, o estudo da natureza da realidade, dos pressupostos implicados nas ciências naturais e na vida cotidiana, é algo que só pode ser realizado de maneira consequente a partir da atitude transcendental. Mas é preciso notar que, uma vez movendo-se dentro de seus limites, a psicologia eidética tem o pleno direito de se constituir como ciência *a priori*. Por meio da análise, em primeira pessoa, da estrutura essencial das vivências e, em particular, da intencionalidade, a psicologia eidética oferece o fundamento da psicologia empírica, ao clarificar seus conceitos, sua estrutura conceitual, bem como sua relação com as demais ciências mundanas.

## Referências

- Brentano, F. C. (1874). *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. Leipzig, Alemanha: Verlag von Duncker & Humblot.
- Brentano, F. C. (2002). *Descriptive psychology* (B. Müller, Trad.). New York: Routledge. (Original publicado em 1982).
- Dilthey, W. (2008). *Ideias acerca de uma psicologia descritiva e analítica* (A. Morão, Trad.). Covilhã, Portugal: Lusosofia Press. (Original publicado em 1894).

- Gurwitsch, A. (1974). *Phenomenology and the theory of science*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Heidegger, M. (1962). Brief an Husserl. In: W. Biemel (Ed.), *Phänomenologische Psychologie: Vorlesungen Sommersemester 1925* (pp. 600-602). Den Haag: Martinus Nijhoff.
- Husserl, E. (1900). *Prolegomena zur reinen Logik*. Halle, Bélgica: Niemeyer.
- Husserl, E. (1901). *Logische Untersuchungen 2: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*. Halle, Bélgica: Niemeyer.
- Husserl, E. (1950). *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie: Buch 1, Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie*. Den Haag: Martinus Nijhoff. (Original publicado em 1913).
- Husserl, E. (1952). *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie: Buch 2, Phänomenologische Untersuchungen zur Konstitution*. Den Haag: Martinus Nijhoff. (Original publicado em 1912).
- Husserl, E. (1956). *Erste Philosophie (1923/24). Teil 1 (Bd. 12)*. Den Haag: Martinus Nijhoff.
- Husserl, E. (1962). *Phänomenologische Psychologie: Vorlesungen Sommersemester 1925*. Den Haag: Martinus Nijhoff.
- Husserl, E. (1965). *A filosofia como ciência de rigor* (A. E. Beau, Trad.). Coimbra, Portugal: Atlântica. (Original publicado em 1911).
- Husserl, E. (1968a). *Logische Untersuchungen. Erster Band: Prolegomena zur reinen Logik*. Den Haag: Martinus Nijhoff. (Original publicado em 1913).
- Husserl, E. (1968b). *Logische Untersuchungen. Zweiter Band: Erster Teil*. Den Haag: Martinus Nijhoff. (Original publicado em 1913).
- Husserl, E. (1968c). *Logische Untersuchungen. Zweiter Band: Zweiter Teil*. Den Haag: Martinus Nijhoff. (Original publicado em 1913).
- Husserl, E. (1979). *Aufsätze und Rezensionen (1890–1910)*. Den Haag; Boston: Martinus Nijhoff.
- Husserl, E. (1984). *Einleitung in die Logik und Erkenntnistheorie: Vorlesungen 1906/07*. Boston: Martinus Nijhoff.
- Husserl, E. (1986). *Die Idee der Phänomenologie: fünf Vorlesungen - text nach Husserliana*. Hamburg, Alemanha: F. Meiner.
- Husserl, E. (2012). *Meditações cartesianas: conferências de Paris* (P. Alves, S. Mourão, Trad.). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade. (Original publicado em 1931).
- Kern, I. (1964). *Husserl und Kant: eine Untersuchung über Husserls Verhältnis zu Kant und zum Neukantianismus*. Den Haag: Martinus Nijhoff.
- Kockelmans, J. J. (1978). *Edmund Husserl's phenomenological psychology: a historical-critical study*. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press.
- Kockelmans, J. J. (1994). *Edmund Husserl's phenomenology*. West Lafayette, IN: Purdue University Press.
- Kusch, M. (1995). *Psychologism: a case study in the sociology of philosophical knowledge*. London; New York: Routledge.
- Makkreel, R. A. (1975). *Dilthey, philosopher of the human studies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Marion, J. L. (1998). *Reduction and givenness: investigations of Husserl, Heidegger, and phenomenology*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Porta, M. A. G. (2013). *Edmund Husserl: psicologismo, psicologia e fenomenologia*. São Paulo: Loyola.
- Spiegelberg, H. (1965). *The phenomenological movement: a historical introduction* (2a ed.). Den Haag: Martinus Nijhoff.
- Wundt, W. (1910). Psychologismus und Logizismus. In: W. Wundt, *Kleine Schriften* (Vol. 1, pp. 511-634). Leipzig, Alemanha: Engelmann.
- Zahavi, D. (2003). *Husserl's phenomenology*. Stanford, CA: Stanford University Press.

**Endereço para correspondência:**

Savio Passafaro Peres  
 Rua Cayowaa, 1.924, apto. 71 – Perdizes  
 CEP: 01958-010 – São Paulo/SP  
 E-mail: savioperes@yahoo.com.br

Recebido em 30/01/2014

Revisto em 02/07/2014

Aceito em 06/11/2014